

UERJ / CTC / ESDI

Todo
Sistema
é uma
Etapa

PROJETO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

felipe
noqueira

ORIENTAÇÃO

PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA

Rio de Janeiro, 2013

FALSA FOLHA DE
ROSTO OPCIONAL:

Todo
Sistema
é uma
Etapa

FOLHA DE ROSTO

UERJ / CTC / ESDI

Todo
Sistema
é uma
Etapa

PROJETO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

felipe
noqueira

ORIENTAÇÃO

PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA

Rio de Janeiro, 2013

RESUMO

O projeto “Todo Sistema é uma Etapa” explora possíveis condições de superação dos sistemas como modelo civilizatório e propõe uma discussão sobre o dispositivo que permitiria ultrapassá-los. A partir de uma publicação contendo textos autorais e citações de terceiros, aponto que os sistemas foram, até hoje, uma necessidade do homem diante do universo e não uma condição almejada da cultura, tal qual foram consagrados pelo racionalismo. Essa civilização pós-sistemática provocaria uma profunda mudança na forma como o homem se vê e interpreta o universo.

PALAVRAS-CHAVE

utopia, sistemas, dispositivo, informação, cultura

ABSTRACT

The project “Every System Is a Step” explores possible ways of overcoming the systems as civilizational model and proposes a discussion on an apparatus that would overcome them. Based on a publication containing essays and quotations, I point out that, until today, systems have been a necessity that allowed man to deal with the universe, and are not a desired state of culture, as has been consecrated by rationalism. This post-systematic civilization would cause a profound change in how man sees and interprets the world.

KEYWORDS

utopia, systems, apparatus, information, culture

Introdução - 6

Apresentação - 7

Arbitrário / Universo - 9

O Pós-Sistema > Gutenberg e a Linearização do Pensamento - 13

Revoluções - 15

Da Revolução para o Cotidiano, ou
Um Estado Permanente de Micro Insurreições - 18

Reflexão Técnica e Prática - 19

Mapas e Réplicas Perfeitos do Universo. - 21

Complexificação / Decodificação - 25

Nostalgia dos Sistemas - 27

Política / Arte - 29

A Publicação - 30

Bibliografia - 33

Agradecimentos - 34

Esta publicação não se propõe ao rigor científico, e se permite a todo momento, como não poderia deixar de fazer, liberdades poéticas e de autodesconstrução. Pode-se dizer que seu objetivo é ficar a meio caminho de uma investigação aprofundada em arte e uma pesquisa científica e aceito as conotações negativas que tal posicionamento costuma evocar. É, no entanto, o posicionamento que me pareceu mais coerente com as ideias que abordo nas páginas que seguem.

Longe de propô-las com vigor revolucionário, convicção empírica, ou ainda doutrinação apocalíptica; meu objetivo está mais para apresentá-las ao modo de uma conversa: com a proposta simples de trazer a tona mais uma das ideias que transitam por nosso mundo e que muitas vezes passam sem direção certa, objetivo definido ou voz audível em direção ao esquecimento. É da minha opinião que conversas levianas como essas têm potencial pouco explorado, e costumam ser deixadas de lado precocemente em nome da formalidade e de crenças — não chamo de saberes — preestabelecidas.

Esse lugar da conversa no mundo, no meio do caminho para tantas outras coisas, é também, e pertinentemente para a história desse projeto, um lugar muito próximo ao lugar que o design ocupa em sua construção próxima à ciência e à arte. Sem o desejo de criticar as vertentes que se aferram aos *statements* dogmáticos em uma atuação que fica a tantos ‘meios de caminho’, digo que prefiro aproveitar o que a estrada proporciona de melhor que é a liberdade.

Não me entendam mal, a liberdade não é fácil. É como um presente ardiloso que exige, em troca, manutenção intensa e a mente sempre atenta do seu presenteado. Perdido diante dela e de tamanha vastidão, o homem, muitas vezes, se obrigou aos sistemas que lhe trouxeram a paz de espírito necessária ao desenvolvimento das diversas conquistas consequentes; mas aqui quero questionar se é possível aproveitar o presente da liberdade em maior, digamos, profundidade? Em uma vivência mais próxima à estrutura real dos fenômenos presentes em nosso universo, em oposição à costumeira vivência desses mesmos fenômenos através de suas contrapartes racionalizadas? E, importante, se é possível avançar — simultaneamente, e como consequência dessa experiência — na construção de novos fenômenos idealizados?

Esse projeto consiste em uma publicação que aborda as possibilidades de superação dos sistemas que nos circundam no mundo e definem nossa relação com o universo. Tendo em mente um cenário utópico, o objetivo da discussão aqui estabelecida remete às impossibilidades de todo e qualquer sistema de classificação, organização e hierarquização social, econômico, artístico, cultural, informacional entre outros. A ideia central era propor possíveis linhas de fuga a partir do que chamo de pós-sistema: um mundo em que toda e qualquer situação poderia ser avaliada e tratada de forma única e singular, considerando sempre as diferenças e particularidades dessa condição.

No pós-sistema, dispositivos seriam desenvolvidos para auxiliar a capacidade humana a estabelecer essas avaliações individuais. Explico: não somos capazes de organizar o todo a partir de nossas habilidades cognitivas e, para lidar com bancos de dados cada vez mais extensos, estamos produzindo aparelhos que, a partir de comandos relativamente simples, podem resolver infinitos micro-cálculos em um tempo desprezível.

Não me interessava para essa investigação adotar uma postura científica e academicista. Optei, então, por escrever alguns textos que ilustram algumas facetas desse extenso estudo. “Classificação como problema” aborda as arbitrariedades dos sistemas de organização do universo e as imperfeições dos agrupamentos de entes. Trato, em seguida, no texto “Gutenberg e a linearização do pensamento” sobre a estruturação do conhecimento a partir da escrita e da tipografia. Analiso também exemplos que fogem desse modelo e, em especial, no artigo “Revoluções” verso sobre a mudança desse paradigma a partir da consolidação da Web 3.0.

Em “Da revolução para o cotidiano”, abordo a próxima etapa: a aplicação de todas essas conquistas multidirecionais e de todo esse poder de processamento nas tarefas mínimas e mais básicas dos sujeitos. Além dessa maior complexidade, discuto na passagem “Mapas e réplicas perfeitas do universo” o problema da representação e a crescente dificuldade de discernimento entre a representação e o representado. Nesse sentido, no texto “Tradução instantânea e o idioma do futuro” trato do paradoxo da crescente complexificação que adquirem as partículas não regidas por sistemas.

Após esses ensaios, considereei pertinente analisar os obstáculos que esse pós-sistema utópico poderia enfrentar, para além das suas questões intrínsecas. Em “Nostalgia dos sistemas”, comento sobre a tentativa de sobrevivência da cultura nos moldes tradicionais nesse novo cenário. Finalmente, exploro a sustentabilidade ambiental (cultural) desse projeto. “Sobre uma possível condição imperialista desse dispositivo” traz a tona a questão sobre um possível caráter distópico e imperialista do pós-sistema.

Além dos textos produzidos por mim, julguei relevante acrescentar alguns trechos e trabalhos que me inspiraram e guiaram minha empreitada. Entre eles, Jorge Luis Borges ocupa um lugar de destaque. Acredito que partilhamos de preocupações semelhantes em relação às questões abordadas nesse projeto e não ignoro um certo afeto que nutro pela ironia de que ele faz uso.

O Problema Da Classificação

“Não temos a menor razão para pensar que os modos de existência tenham necessidade de valores transcendentos que os comparariam, os selecionariam e decidiriam que um é ‘melhor’ que o outro. Ao contrário, não há critérios senão imanentes, e uma possibilidade de vida se avalia nela mesma, pelos movimentos que ela traça e pelas intensidades que ela cria, sobre um plano de imanência; é rejeitado o que não traça nem cria. Um modo de existência é bom ou mau, nobre ou vulgar, cheio ou vazio, independente do Bem e do Mal, e de todo valor transcendente: não há nunca outro critério senão o teor da existência, a intensificação da vida.” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, P.90).

Partimos de uma necessidade de orientação. Estabelecer semelhanças, diferenças, relações. Fugindo do desconforto causado pelo o que somos incapazes de nomear como entidade¹ saímos em busca de ordens e agrupamentos, de classificações e conjuntos daquilo que nos rodeia. Parece ser indiscutível: as classificações são naturais ao homem; precisamos de sistemas para nos ajudar a viver no mundo e entendê-lo. Esses códigos ordenadores da nossa cultura definem os modos de existência possíveis, se estabelecem como fundações dos próprios saberes, do próprio pensamento e desenvolvimento de novos saberes, constituem as raízes empíricas das nossas possibilidades de experiência do mundo.

A tentativa de abarcar o mundo a partir de um olhar descritivo e hierarquizante se constrói para alcançar objetivos importantes, como permitir a transmissão desses saberes, de apontar as relevâncias, de reduzir os excessos. Mas a consciência da infinidade desse projeto e a certeza da frustração diante do inacabamento das iniciativas classificatórias acompanharam a maioria das empreitadas para sistematizar o universo.

O sistema da enciclopédia — explorada de forma ímpar por Diderot e Voltaire —, por exemplo, está pautado na analogia entre livro e mundo, entre biblioteca e universo. Estruturar o caos, catalogar a totalidade das coisas em um único inventário tange o ilimitado, o selecionado, o pertinente, o similar, o diferente, o conhecido, assim como se constitui a partir da ordem, da síntese, da harmonia, da artificialidade. Nos deparamos, então, com paradoxos: classificar o infinitesimal até o infinito; explicar o natural a partir de artifícios; organizar a desordem entender o todo a partir de fragmentos cuja relevância existe apenas a partir da arbitrariedade. A arbitrariedade ou a naturalidade das classificações se estabelece a partir de uma maior ou menor atenção às possíveis afinidades que devem determinar os agrupamentos entre as divisões do universo sendo ordenado. As entidades com maior afinidade estariam posicionados mais próximas no espaço classificatório do que aquelas com menor afinidade. Ora, se nos posicionarmos a partir de outro ponto de vista, percebemos que todo e qualquer sistema de organização implica em uma arbitrariedade: a classificação

rompe de forma violenta a cadeia de contínuas gradações que conecta, teoricamente, as entidades naturais. Olga Pombo, em um texto sobre os sistemas de classificação, escreve uma passagem valiosa:

“A classificação mais não faz do que quebrar, violenta e arbitrariamente, a cadeia de imperceptíveis nuances que liga os seres entre si. Como Buffon escrevia com o seu continuismo de forte inspiração leibniziana: ‘percorrendo sucessivamente e por ordem os diferentes objectos que compõem o universo e colocando-se na perspectiva de todos esses seres criados, o homem verá com espanto que é possível descer, por degraus quase insensíveis, da criatura mais perfeita até à matéria mais informe, do animal melhor organizado até ao mineral mais bruto; o homem reconhecerá que estas nuances imperceptíveis são a grande obra da Natureza’ (Buffon, 1749). Por outras palavras, no mundo da vida há uma plasticidade, uma diversidade, um tecido excessivo de imperceptíveis “nuances” que é irreduzível ao frio procedimento da divisão em classes.” — Pombo (1988, p.24)

A noção de tempo é clássico exemplo: o passar dos anos, meses, dias, horas, minutos, segundos — estamos chegando nos bilionésimos de segundos; cada vez mais próximos de uma tangibilização ilusória (via medição/determinação), prontos para colocarmos o dedo em algo que simplesmente não existe, cercar um pedaço de terra que não nos pertence: frações do espaço-tempo, essas partículas culturais que forçosamente encaixamos em um sistema cartesiano. Esse é um esforço no mínimo curioso² de uma sociedade que aceita, paralelamente e sem pensar, que o tempo é uma trama contínua, uma onda (ou qualquer outra analogia geométrica desse fenômeno indizível).

Estamos inseridos em uma fina trama de nuances imperceptíveis que nos relaciona com as outras partes do universo, que nos distingue e nos aproxima de cada uma delas. Ao classificar esses fragmentos, ao separá-los de forma autoritária estamos ignorando essas relações individuais e específicas.

As gradações desconhecidas perturbam, então, o projeto de um sistema geral. Os fragmentos intermediários, suas especificidades, suas características e suas qualidades microscópicas implodem qualquer tentativa de separação hierárquica universal.

‘Existir é diferir; na verdade, a diferença é, em um certo sentido, o lado substancial das coisas, o que elas têm ao mesmo tempo de mais próprio e de mais comum. É preciso partir daí e evitar explicar esse fato, ao qual tudo retorna, inclusive a identidade da qual falsamente se parte. Pois a identidade é apenas um mínimo, e portanto, apenas uma espécie, e uma espécie infinitamente rara, de diferença, assim como o repouso é apenas um caso do movimento, e o círculo uma variedade singular da

eclipse. Partir da identidade primordial é supor na origem uma singularidade prodigiosamente improvável, uma coincidência impossível de seres múltiplos, ao mesmo tempo distintos e semelhantes, ou então o inexplicável mistério de um único ser simples posteriormente dividido não se sabe por quê.’ (TARDE, 2007, P.98)

O sociólogo francês Gabriel Tarde (2007) parte da hipótese *‘existir é diferir’* para analisar a sociedade, ou seja, seria impossível agrupar os indivíduos em grandes conjuntos que partem de um tipo, de uma divisão dentro de uma classificação progressiva do mundo. Ele introduz a noção de que não existe a cópia, a duplicata; opondo-se ao outro grande teórico da área, Durkheim. Ou seja, mesmo quando conseguimos extrair uma partícula individual, determinar um indivíduo que representa uma categoria, ele não representa nada além de si próprio. Se até um círculo é uma variedade singular de uma elipse, o que poderemos dizer de seres mais complexos, compostos de inumeráveis versões singulares de círculos, linhas, moléculas, ideias.

“Os tipos são apenas freios, as leis são apenas diques opostos em vão ao transbordamento de diferenças revolucionárias, intestinas, nas quais se elaboram em segredo as leis e os tipos de amanhã, e que, apesar da superposição de seus jugos múltiplos, apesar da disciplina química e vital, apesar da razão, apesar da mecânica celeste, acabam um dia, como os homens de uma nação, por derrubar todas as barreiras e por fazer de seus próprios destroços um instrumento de diversidade superior.” (TARDE, 2007, P.106)

O que existe de distinto, então? Sabemos que organizações universais, e relacionamentos do homem com o que lhe é exterior, divergentes dos sistemas de classificação tradicionais sempre ocorreram na arte. O trabalho de Arthur Bispo do Rosário, sua grande tarefa fundadora e ordenadora, é um rico exemplo desses métodos alternativos. Baseada em memórias – localizadas entre o simbólico, o real e o imaginário – o inventário feito por ele passa por afetos exclusivos à sua passagem pela terra. Sua estrutura caótica dialogava, a princípio, apenas com ele próprio e seu deus, uma ruptura quase completa com a cultura que lhe é externa. Perdido em um universalidade individual, Bispo propunha uma classificação exclusiva, que precisava ser decodificada antes de ser compartilhada com a coletividade.

Podemos entender a obra de Bispo como uma espécie de enciclopédia? Talvez um sistema aberto para o caos inerente à imaginação, uma ordem fundada na criação desordenada? Maria Esther Maciel (2007) reconhece a produção desse artista como “uma intrincada rede de saberes sobre as coisas do mundo, na qual a totalidade se evidencia como um conjunto sempre inacabado e fragmentário, apesar das pretensões de completude e exaustividade que norteiam a sua

concepção”. As iniciativas de Bispo refletem a impossibilidade de representação do mundo a partir de um sistema definitivo: o universo é explorado a partir de seu caráter inesgotável e fragmentário.

Para além da poética envolvida em suas operações, podemos dizer, então, que uma de suas maiores contribuições está, precisamente, em discutir, a partir da sua proposição, a grande economia de energia que valida o sistema cultural e sua grande conquista que é a uniformização, evitando assim a necessidade constante de decodificação característica da arte, de um indivíduo cultural para o próximo. No sistema atual, o saber coletivo permeia, necessariamente, as criações individuais, para que possa haver, enfim a comunicação, ao menos básica — e o básico muitas vezes é insatisfatório.

É verdade que uma sociedade teórica, formada por membros que procedessem de maneira semelhante ao Bispo teria, claro, problemas de troca. Mas quais vantagens teria essa civilização, frente às civilizações econômicas, pragmáticas e sistematizadas? Podemos especular quão densos poderiam se tornar a ideação cultural e, paralelamente, o procedimento investigativo, dessa coletividade mais solitária?

Nos capítulos seguintes, postulo que uma possível solução para o longo dilema entre a necessidade de simplificar e o desejo de aprofundar já está em curso e passa necessariamente por questões de política e epistemologia, mas deve também amparar-se na arte — e nas lições de Bispo e outros considerados lunáticos — para alcançar o êxito.

Gutenberg e a Linearização do Pensamento

“O hipertexto retoma e transforma antigas interfaces da escrita. A noção de interface, na verdade, não deve ser limitada às técnicas de comunicação contemporâneas. A impressão, por exemplo, à primeira vista é sem dúvida um operador quantitativo, pois multiplica as cópias. Mas representa também a invenção, em algumas décadas, de uma interface padronizada extremamente original: páginas de títulos, cabeçalhos, numeração regular, sumários, notas, referências cruzadas. Todos esses dispositivos lógicos, classificatórios e espaciais sustentam-se uns aos outros no interior de uma estrutura admiravelmente sistemática: não há sumário sem que haja capítulos nitidamente destacados e apresentados; não há sumários, índice, remissão a outras partes do texto, e nem referências precisas a outros livros sem que haja páginas uniformemente numeradas. Estamos hoje tão habituados com esta interface que nem notamos mais que existe. Mas no momento em que foi inventada, possibilitou uma relação com o texto e com a escrita totalmente diferente da que fora estabelecida com o manuscrito: possibilidade de exame rápido do conteúdo, de acesso não linear e seletivo ao texto, de segmentação do saber em módulos, de conexões múltiplas a uma infinidade de outros livros graças às notas de pé de página e às bibliografias. É talvez em pequenos dispositivos ‘materiais’ ou organizacionais, em determinados modos de dobrar ou enrolar os registros que estão baseadas a grande maioria das mutações do ‘saber’.”

PIERRE LÉVY, 1993.

“No, the technical structure of the archiving archive also determines the structure of the archivable content even in its very coming into existence and in its relationship to the future. The archivization produces as much as it records the event. This is also our political experience of the so-called news media.” JACQUES DERRIDA, 1995. A escrita seria maléfica ou benéfica para nossa sociedade? Apesar de aparentemente ultrapassado, esse questionamento vem permeando a filosofia ocidental há mais de vinte séculos. Platão, no diálogo de Fedro, analisa a introdução da escrita e a caracteriza como um *pharmakon*, termo ambíguo que pode denotar tanto um remédio quanto um veneno. Nesse diálogo, argumenta-se que a escrita poderia nos conduzir à diminuição da memória e a uma falsa sabedoria. No momento em que transforma o idioma em objeto visível, a escrita desvincula a língua da memória individual, produzindo o esquecimento por depender de um recurso exterior.

A posição ambígua de Platão traz a tona o que a escrita teria desfeito. Ele cita uma técnica da qual retóricos gregos faziam uso: a Arte da Memória. Para facilitar a recordação, eles projetavam conceitos e ideias em espaços arquitetônicos internamente visualizados que seriam acessados mais tarde. Essa habilidade de abstração e memorização teria sido esquecida com a difusão da escrita. Por outro lado, ela permitiu o surgimento de novas funções sociais – como pessoas

encarregadas da manutenção e do registro do conhecimento escrito – facilitando uma organização social hierárquica. O desenvolvimento dos alfabetos possibilitou vocabulários mais extensos e significados mais complexos dentro de idiomas e dialetos orais já difundidos. O conhecimento passa a sobreviver de forma autônoma e impessoal.

A escrita como dispositivo restringiu e possibilitou modos de conhecer e de ser. Viabilizou e desfez maneiras de organizar e perpetuar o conhecimento e a informação. No entanto, as mudanças trazidas pela escrita estavam limitadas a um universo bastante reduzido: sabe-se que durante a Idade Média, a alfabetização estava restrita à elite, a reprodução de um texto demandava anos de dedicação de um copista, os livros existentes eram mantidos em bibliotecas religiosas ou aristocratas etc. Foi o surgimento da prensa de tipos móveis de Gutenberg que permitiu a mudança – a médio prazo – nesse cenário. Marshal McLuhan escreveu sobre a galáxia de Gutenberg (2011), a constelação das transformações ocorridas na sociedade europeia a partir do século XV.

McLuhan indica que, acima de disponibilizar livros para além de uma elite letrada, a prensa teve consequências no cenário político, religioso e social. Naturalmente, do ponto de vista da organização dos nossos saberes, a escrita e a prensa se tornaram *turning points* históricos. Se, antes da escrita, a disseminação de ideias estava pautada na palavra, na experiência interpessoal e na percepção sensorial, com a implementação e interiorização do alfabeto, o conhecimento passou a ser mediado por um dispositivo visual. Essa ênfase visual da informação se fortaleceu com a invenção da prensa tipográfica, já que se tornou possível reproduzir uniformemente as informações.

A consolidação dessa evolução na virada do século XIX para o século XX, na forma do livro contemporâneo, permitiu as revoluções tecnocientíficas (e culturais) mas também, segundo Pierre Lévy, engessou o pensamento humano num molde eternamente linear, uma consequência mais distante e imprevisível do que os mais comumente analisados aspectos positivos da disseminação do conhecimento, aspectos que podemos questionar com cada vez mais pertinência: a informação estaria mais acessível, mas a comunicação não teria se tornado ainda mais restritiva e unidimensional? A população alfabetizada aumentara drasticamente, mas o livro não teria se tornado o único meio pelo qual o saber poderia ser adquirido e armazenado? O conhecimento estava mais próximo, mas não estavam todos condicionados a um único sistema de aprendizado? Esses sistemas de aprendizado vão além das predisposições sociais, econômicas e culturais. A escrita impressa está sujeita a um processo tecnológico específico que determina o acesso, a organização, o registro, a manutenção e a disseminação da informação a partir do meio “livro” e de seu modelo linear e progressivo de pensamento. A tecnologia intrínseca à produção tipográfica se constitui de um processo visual, linear e fragmentado baseado em sequências

preestabelecidas. Letra após letra, palavra após palavra, frase a após frase, estávamos diante de uma linha de montagem modernizadora e massiva. A construção de sentido estava submetida a uma perspectiva fixa que determinou a própria maneira como lemos a imagem do mundo.

Revoluções

É nesse contexto de saturação na virada do século XIX que surgem os primeiros exercícios, não artísticos, de ruptura com o sistema de organização gutenberguiano-linear (que se popularizou com o livro mas que, inversamente, também ajudou a popularizar o livro como o grande sistema de apresentação de conteúdo). Talvez a mais importante dessas iniciativas seja o *Atlas Mnemosine** e a Biblioteca de Aby Warburg. Ambos projetos que o pesquisador desenvolveu com paixão durante a maior parte de sua vida, e ambos potentes embaralhadores dos esquemas lineares de informação, projetos tão extensos que não foram (e poderiam ser?) concluídos.

Enquanto a biblioteca Warburgiana organizava os volumes que continha espacialmente a partir do que ele nomeou de *'Princípio da boa vizinhança'* — relações de proximidades baseadas no conteúdo de cada obra — o Atlas Mnemosine, propunha um desvio mais agudo: seu objetivo era a completa reconstrução do que se conhecia como história da arte através da *assemblage* de signos visuais que não passassem, exclusivamente, por questões hierárquicas, lineares ou ordenadas segundo regras vigentes até então (fossem elas derivadas biblioteconomia, da própria história da arte ou ainda de outra classificação epistemológica).

Hoje, o método desenvolvido por Warburg lembraria o que se convencionou *visual clusters*¹, a organização um tanto subjetiva do austríaco, no entanto, pretendia-se para além da simples associação imagética que o *visual cluster* sugere e servia ao propósito deveras complexo de tecer ou dar suporte às narrativas propostas. Cada elemento integrante das composições visuais do atlas era analisado quanto ao seu conteúdo e sua afinidade em relação aos vizinhos para, após um lento processo, ser posicionado, nunca definitivamente, nas coordenadas em que encerrasse um vetor² semântico.

Algumas dessas narrativas eram refeitas³, quando possível, para palestras ou outras ocasiões que Warburg julgasse pertinente. Não havia apenas um atlas final e que contivesse algum tipo de resposta absoluta para a história da arte tal como estudada por ele. Observadas dessa maneira, as composições, em sua individualidade, funcionavam de forma semelhante ao que hoje chamamos de *query* (proposições algorítmicas). Os esquemas do atlas se reorganizavam de modo que todo o universo de imagens possíveis (representados por aquela sintética, e por isso diminuta, amostra) fosse pesquisado visando um resultado (*output*) contextual diverso para cada pergunta hipotética.

Me pergunto se hoje, com a complexificação dos *engines* de busca como o *Google*, e do inventário virtual como um todo,

* Vale lembrar que esse não é um ensaio histórico e os exemplos são escolhidos mais por seu potencial de realização do que pelo seu pioneirismo

esse processo penoso, que tomava uma vida para se concluir, não tenha se tornado lugar comum, corriqueiro, algo que passa despercebido no cotidiano. Deixando de lado, num primeiro momento, questões de semântica e pertinência, hoje, com o poder de destrinchamento de informação correto, a empreitada vital de Warburg costuma ser concluída em segundos*, e se apresenta para nós disfarçada de uma ‘busca na internet’; uma apresentação simplória, formatada de modo a emular uma simplicidade para fins comerciais, que esconde um mecanismo complexo que requer uma quantidade de processamento além da compreensão humana.

Essa nova velocidade, ou crescente poder de processamento, permite não só uma aceleração do processo mas também a consequência dos processos velozes em relação ao longevidade humana: a banalização. A banalização causa, por sua vez, uma mudança de paradigma: Justamente por ser concluída em microssegundos, as *assemblages* adquirem o novo potencial de fazimento e refazimento em um volume próximo do ilimitado, baseadas em um número *quasi*-infinito de variáveis, de pontos de partida, e de pontos de saída. Essas variáveis caminham para incluir até as preferências pessoais mais sutis e os anseios mais delicados do operador humano de cada uma dessas buscas.

A hipermáquina instantânea de cartografias (e de outras operações) que está em desenvolvimento se insere em uma tendência de crescente complexificação que já não pode ser compreendida pelo cérebro humano há tempos; o homem pode reger os parâmetros básicos, os cada vez mais importantes algoritmos, mas nunca seria capaz de replicar cada uma das operações buscas integralmente e as incontáveis etapas que cada uma delas encerra.

Talvez estes sejam os desenrolares recentes mais significativos a partir do processo de Warburg para a condição de uma pesquisa algorítmica contemporânea (*query*). Acredito, no entanto, que eles não devem encerrar-se apenas na questão do instantâneo e na consequente possibilidade de repetição-banalização, paralelamente está em curso uma etapa de adensamento desse modelo de conhecimento: A busca a partir de uma imagem, por exemplo, nos moldes das que estão sendo desenvolvidas atualmente, cria a também inédita possibilidade de *queries* baseadas em imagens absolutamente banais^{4a}.

Não é mais necessário, embora nada impeça que continue sendo comum ou desejável, iniciar uma pesquisa a partir de símbolos previamente documentados na história das imagens. Os algoritmos atuais são capazes de destrinchar os *pixels* de qualquer imagem — digital ou digitalizada — por mais inédita que seja, e pesquisar por similares.

Essa similaridade visual é apenas o primeiro momento dessa nova etapa, o primeiro parâmetro de ligação semântica em uso que permite tecer as ligações necessárias a cada uma dessas *assemblages*; justamente por ser um dos mais simples, que requer menos computação. Não está distante entretanto a possibilidade de fazermos o *input* inicial de busca – com

* Acredito que não seja por menos que os notórios ‘buscadores da *web*’ exibam, com transparente orgulho, os microssegundos que tomaram para (assemble) juntar os pedaços que compõem cada um dos seus resultados.

qualquer imagem aleatória ou não – e nos ser apresentada a opção não só de pesquisa por similares, mas por quaisquer vetores de significado a partir daquele ponto de partida, sejam eles históricos (de como chegamos a tal imagem e pra onde apontam os caminhos a partir dela), de parâmetros técnicos, e, porque não, de análises poéticas ou sensíveis.^{4b}

Esse tipo de estruturação do conhecimento já vem mudando a maneira de pensar da nossa cultura, as *tecnologias* da nossa própria inteligência, como chama Pierre Lévy. Novos modelos de relação com a informação já começam a ser postos em prática como as simplórias, mas poderosas, *tags*: já comuns em alguns tipos de *websites* e linguagens de programação, sua grande inovação, quando aplicadas em profundidade e corretamente, é a possível obsolescência de qualquer indexação ou sistema de organização prévio (apesar de que ainda mantêm problemas claros relativos à padronização e à transferência de informação entre operadores).

Evoluções e percalços a parte, é de se imaginar os profundos impactos que essa liberdade de acesso e (e ainda, ou por enquanto, de *gerenciamento*) à informação possa trazer para a cultura nos próximos anos. Grande parte dessas transformações, já estará presente na alardeada *web 3.0*, e têm implementação prevista para os próximos anos. O que me interessa, no entanto, são as transformações posteriores que esse novo potencial de acesso à imaterialidade poderá produzir na inteligência, e como isso irá, conseqüentemente, afetar a cultura de um modo mais geral, especialmente a que aparenta ainda estar mais distante dessa revolução, a cultura material.

Sobre esse aspecto, podemos fazer a mesma comparação libertária com um dispositivo material que foi importante para o início dessa jornada, a técnica da gravura. É de maneira semelhante à evolução livro-web que se dá a relação de uma impressora *inkjet* para qualquer tecnologia anterior de impressão por gravação (seja chapa, pedra, tela) definitivas e imutáveis, finais e progressivamente obsoletas em sua praticidade. Veja, a impressora atual *inkjet* destrincha os pixels de qualquer imagem (e isso inclui texto) que recebe em seu processador — nos mesmos microssegundos que tomam as *queries* — em milhões de coordenadas associadas individualmente a uma gama de variáveis que irão reger, ao fim, o volume de tinta em cada um desses pontos e a conseqüente aparência final daquela impressão. Um mecanismo já banal, mas que beira uma aparente virtualidade em sua precisão, percorre, então, esses milhões de pontos e mistura as tintas em cada um deles numa velocidade que também não podemos apreender. Basta o *query* inicial e a saída está posta, e também pode, como toda banalidade, ser refeita infinitamente.

Ainda um passo adiante, a mesma lógica pode novamente ser aplicada às tecnologias de impressão *em três dimensões*, que usam plástico e metais no lugar de pigmentos, e cujo grande propósito parece ser a união de uma ponta a outra do universo, da cultura à natureza, da matéria à informação. A nossa relação com a materialidade assume cada vez mais os modelos

4a, 4b Na questão da possibilidade de ausência da documentação histórica no ponto de partida, é importante notar que ela geraria novas necessidades de pesquisas paralelas (*parallel computing* ou também tarefas de *background*); que podem ser feitas consultando temas análogos e seriam importantes para a construção de cada novo léxico individual. Esse é o mesmo tipo de procedimento que dá base para o desenvolvimento das pesquisas poéticas e sensíveis, ambas são pesquisas, necessariamente, comparativas.

O desenvolvimento desse tipo de sensibilidade passa por necessários avanços no campo da inteligência artificial, que estão, no momento, em fase de pesquisa.

que tradicionalmente associávamos à informação. Volatilidade a acessibilidade através da cada vez maior capacidade de processamento. Tudo que é sólido se desmanchará no ar? Ou tudo que não é sólido poderá se materializar?

Estão fincados os pilares da cultura pós-sistemática.

Uma liberdade absoluta do homem para com o que lhe é exterior, uma capacidade de análise que pode ser considerada e os meios para responder à essas análises com precisão. A inevitável fusão dos polos material e imaterial (separados assim, arbitrariamente, por nós mesmos) a partir da informação; a criação de uma base de dados infinita e instantaneamente acessível ao sujeito pensante.

Da Revolução para o Cotidiano, ou Um Estado Permanente de Micro Insurreições

Na introdução da célebre publicação anarquista *Contra o Método*, Paul Feyerabend faz uma poderosa transposição do discurso político de Lênin para o campo epistemológico — sem, talvez, deixar de lado o vigor revolucionário do original. Ele sobreescreve: “A história, de modo geral, e a história das revoluções, em particular, é sempre de conteúdo mais rico, mais variada, mais multiforme, mais viva e sutil do que’ o melhor historiador e o melhor metodologista poderiam imaginar.” /Aqui, destaco a distorção do texto original de Lênin feita por Feyerabend/

“Devemos realmente acreditar que as regras ingênuas e simplistas que os metodologistas adotam como guia são capazes de explicar esse labirinto de interações? Não é claro que, em se tratando de um processo dessa espécie, só pode ter participação bem sucedida um oportunista brutal que não se prenda a filosofia alguma e que adote a diretriz que a ocasião pareça indicar?’ Tal é, sem dúvida, a conclusão a que têm chegado observadores inteligentes e ponderados. ‘Duas importantes conclusões práticas decorrem daí’... ‘Em primeiro lugar, a de que, para cumprir sua tarefa, a classe revolucionária’ [e aqui pode-se incluir tanto aqueles que desejam impor uma maneira sobre apenas uma parte da sociedade, como a ciência, ou sobre a sociedade como um todo] ‘deve estar em condições de dominar, sem exceção, todas as formas ou aspectos de atividade social’ [deve compreender não apenas uma metodologia, mas qualquer metodologia e qualquer de suas variações imagináveis]...; ‘e, em segundo lugar, deve estar preparada para saltar de uma à outra, da maneira mais rápida e mais inesperada.’”

Não consigo passar a oportunidade de valer-me do mesmo mecanismo de transposição ainda outra vez sobre esse mesmo trecho, com o objetivo de trazê-lo, dessa vez, do campo da revolução, para o cotidiano⁵. Fico então com ‘O futuro, em particular, é sempre de conteúdo mais rico, mais variado, mais multiforme, mais vivo e sutil do que’ o melhor analista e reprodutor poderiam vislumbrar.

⁵ E vale brincar com a definição de Hakim Bey de que esses são mutuamente excludentes, ainda que não necessariamente antônimos. Serão?

A progressão exponencial dos agenciamentos e dispositivos tecnológicos vem sendo caracterizada justamente por uma banalização da magia (Sagan, Benjamin), pela transformação do extraordinário em lugar comum. É esse aspecto a primordial diferença entre o procedimento histórico-epistemológico de Feyerabend para os procedimentos que venho apontando.

Entenda, na sociedade do Pós-Sistema, cada ato individual tem, ou pode ter, a mesma dimensão semântica e cognitiva de uma revolução (no sentido de que a revolução, política ou científica é o que escapa ao banal, corriqueiro). Toda e qualquer ação pode ser aprofundada tanto quanto desejado, e merece o mesmo esforço e atenção pregados por Feyerabend quando este diz, em outras palavras, que a única maneira de extrair o máximo de cada empreitada é ‘pulando de método em método’, imaginável ou não, sem restrições, de acordo com a percepção do ator de cada proposição. A cultura sempre deu passos dessa forma e somente dessa forma; micro-rupturas e diferenças minuciosas do padrão anterior. No Pós-Sistema, esse procedimento não muda de paradigma, mas se adensa; curiosamente, tudo o que não fora banal até então, deve torna-se banal (mas ressalvo que talvez essa palavra possa perder o significado). O ator hipotético terá liberdade ferramental para analisar aprofundada e individualmente* qualquer coisa imaginável, e fazer isso instantaneamente; caminhos irrestritos para seguir a cada dúvida que surge ou a cada investigação que se inicia, sejam eles partes de uma frase ou de um projeto de vida.

Reflexão técnica e prática

O que permite então, um poder tão absoluto? Como a sociedade poderia evoluir para esse estado de permanente exceção? A revolução informática e a união da materialidade apontados no começo desse capítulo, podem, em tese, culminar num dispositivo capaz de processar boa parte da informação do universo em uma medida de tempo desprezível. As tecnologias precisas que permitiriam tal fenômeno não são tão significativas para essa elocubração, mas a junção de um poder virtualmente ilimitado de energia (fusão nuclear), e um poder virtualmente ilimitado de computação e processamento (computação quântica), ambos em pleno desenvolvimento, são bons indicadores de protótipos desse dispositivo.

Independente desses métodos, e aqui o ponto principal, tal tecnologia decretaria, diretamente e por oposição, o fim da limitação quantitativa de informação e o consequente fim das noções de eficiência e economia que são os grandes validadores da ideia de sistema. O sistema permite, facilita, agiliza, garante. Todas variações do tema da eficiência: o sistema é a melhor *solução*, apresenta o melhor *custo-benefício*. Mas o sistema nunca permite o ideal, a arte; toda grande conquista é uma fuga de algum padrão, a quebra de algum paradigma; ou um imprevisto, quando essa ruptura não acontece baseada em bastante esforço.

E esforço é uma noção importante. Qualquer esforço

* Um conceito ainda carregado de um raso do pensamento sistemático, com suas separações de indivíduos, mas que ainda é importante para ilustrar algumas proposições.

– essencialmente variações de gastos energético — pode ser absorvido por esse dispositivo pós-sistemático. No campo teórico, um cérebro externalizado como esse estenderia as capacidades de computação e processamento humanas para além do que qualquer outra tecnologia já em atividade o fez. No campo material, a energia abundante lidaria com a matéria em qualquer quantidade/complexidade, na sua multitude de formas e adensamentos (permitindo inclusive sua conversão em informação e vice-versa).

O impacto desses potenciais na cultura precisam ser profundos. É difícil imaginar como o homem em sua concepção inicial de existência marcada pela luta por sobrevivência contra a natureza se encararia como entidade após ter, alegadamente, superado essa necessidade de batalha, as noções de eficiência são tão antigas quanto essa imagem que projetamos de nós mesmo, nossa incapacidade frente a um poder maior (divino, natural), nossa pequenez diante do universo.

Estruturas fundamentais da civilização ocidental poriam-se em grave risco. A Academia e o Estado, por exemplo. Como a Academia e suas infundáveis restrições se justificaria num mundo onde cada proposta, cada trabalho ou projeto, pode ser analisado intrinsecamente por aquilo que ele é e propõe; extinta a necessidade de encaixá-lo em termos, categorias e requisitos, cuja missão uniformizadora contribuiu, sim, para conquistas significativas, mas contribuiu ainda mais para o engessamento, a frustração e a batalha constante entre indivíduo e sociedade. O Estado e seu agrupamento forçando, muitas vezes à revelia do próprios cidadãos seria outro exemplo. Um dispositivo como esse permite deslocamentos, psicológicos e geográficos, tão intensos para os indivíduos que os únicos agrupamentos justificáveis seriam os nostálgicos e afetivos^{*}; o Estado cairia lentamente não só como governo, mas como lembrança. E a lembrança dos sistemas é parte importante dessa cultura hipotética, a relegação de esquemas prévios de vida à história, selaria a passagem de uma civilização para outra.

Curiosamente, as elocubrações feitas no parágrafo anterior, e outras que se atente, carregam um ranso do pensamento sistemático ainda tão latente que podem significar pouco para uma sociedade efetivamente envolvida por esse dispositivo. É possível que todas as situações que ainda consigamos vislumbrar ajam dessa mesma maneira; incapazes de fazer referência aos padrões culturais de uma civilização que teria caminhado da nossa para algo tão distante. Isso ocorre, justamente, porque não somos capazes de escapar da ideia de alguma forma de organização e nos lançarmos, verdadeiramente, no caos (o simples conceito de aleatoriedade, por exemplo, requer um esforço grandioso para ser compreendido com profundidade).

¹ Junções puramente visuais baseadas em afinidade, comuns, hoje em dia, em empreitadas de design.

² Vetor porque tratam-se, justamente, de linhas, de

* Conferir *Nostalgia dos Sistemas*, na página 27.

feições cartográficas, de significado que atravessam o conjunto daquelas imagens. Essa união gera um significado absolutamente novo, que não poderia estar contido em cada um dos pontos de informação.

³ “Throughout the years since 1924, Warburg’s picture collection of circa 2,000 reproductions generated other configurations fixed and photographed on boards. In addition, specific themes were reconfigured for individual exhibitions or lectures.”

Apêndice 1 / Mapas e Réplicas Perfeitos do Universo.

A famosa curta história de Jorge Luis Borges — que ele atribuiu forjadamente a uma passagem remota, de 1658, por Suárez Miranda — versa acerca da questão da praticidade do dispositivo Mapa:

...Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade entregaram-no às Inclemências do sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.

— Suárez Miranda: *Viajes de Varones Prudentes, libro cuarto, capítulo XIV*, Lérida, 1658.¹

O mapa nessa alegoria “coincide com a realidade que representa, encena os limites da representação — Não os limites ditados pela incapacidade da palavra ou da imagem em apreender o mundo e transpô-lo para os seus discursos, mas os limites interiores das próprias representações.”

Essa é uma questão já estabelecida e bem considerada na cartografia, a ‘*Relação Mapa-Território*’. Ela prega, em linhas gerais, que, para haver uma dinâmica efetiva entre objeto e representação, é necessário haver distância e diferenças, uma abstração derivada do representado que deve ser alcançada através de escolha e interpretação.

Contrariando essa noção, arrisco dizer que, hoje, os melhores mapas à disposição do homem têm o mesmo tamanho do mundo que representam. Ou ao menos caminham nessa direção. A problemática estabelecida nessa relação pôde ser rompida através do *poder de processamento* e variação através do tempo. Explico: Os mapas agora se fragmentam, se reapresentam, se reconfiguram e se escalam baseados nas necessidades do ‘navegador’; à distância e à minúcia, com detalhes ou como um borrão. Do contrário, sim, eles provavelmente seria inúteis. Não mais é preciso escolher quais

¹ Jorge Luis Borges: *Sobre o Rígido na Ciência*, in *História Universal da Infâmia*, 1946; tradução de José Bento, Assírio e Alvim, 1982, 117

feições geográficas serão inclusas na representação e quais serão deixadas de lado, apagadas da história. Hoje, o mapa interativo da terra é a documentação fotográfica precisa e exata (ao menos para efeito de argumentação) das formas do planeta, e cientistas trabalham em modelos tridimensionais representativos do universo (ainda distantes da precisão de um mapa contemporâneo mas inteiramente contidos em um computador). Em breve, teremos não mais mapas, mas modelos perfeitos em escala 1:1 do mundo, e posteriormente, do próprio universo. Para se chegar de um ponto a outro, na virtualidade, bastará uma *querie*, essa réplica infinita informacional se expande, sintetiza-se ou revela-se em detalhes mediante acordos com o usuário.

E não há de se perder a noção entre objeto e réplica em algum momento? Esse borrão pode ser o novo desafio da civilização pós-sistema, o desafio que irá substituir a então ultrapassada necessidade de síntese para entendimento e contextualização que era característica dos mapas analógicos — e também da nossa sociedade.

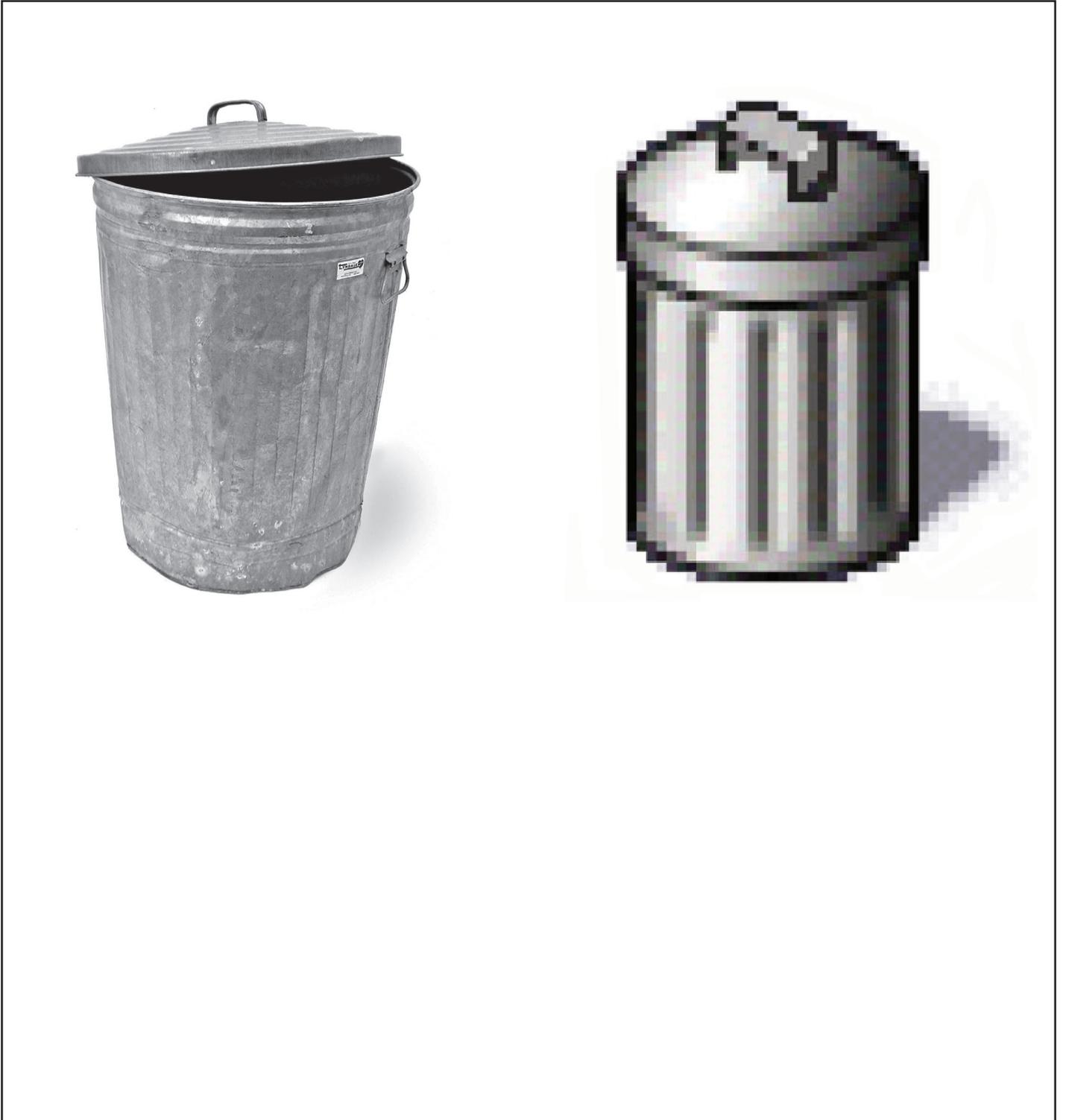
Borges parecia especialmente interessado no assunto, escreveu ainda outra passagem magnífica sobre o tema:

As invenções da filosofia não são menos fantásticas que as da arte: Josiah Royce, no primeiro volume da obra *The World and the Individual* (1899), formulou a seguinte: ‘Imaginemos que uma porção do solo da Inglaterra foi perfeitamente nivelada e que nela um cartógrafo traça um mapa da Inglaterra. A obra é perfeita; não há detalhe do solo da Inglaterra, por menor que seja, que não esteha registrado no mapa; tudo aí tem seu correspondente. Desta sorte, tal mapa deve conter um mapa do mapa, que deve conter um mapa do mapa do mapa, e assim ate o infinito’.

Por que nos inquieta que o mapa esteja incluído no mapa e as *Mil e Uma Noites* no livro das *Mil e Uma Noites*? Por que nos inquieta que *Dom Quixote* seja leitor do *Quixote*, e *Hamlet*, espectador do *Hamlet*? Creio ter encontrado a causa: tais inversões sugerem que, se os personagens de uma ficção podem ser leitores ou espectadores, nós, seus leitores ou espectadores, podemos ser fictícios. Em 1883, Carlyle observou que a história universal é um infinito livro sagrado que todos os homens escrevem, e lêem, e procuram entender, e no qual também são escritos.

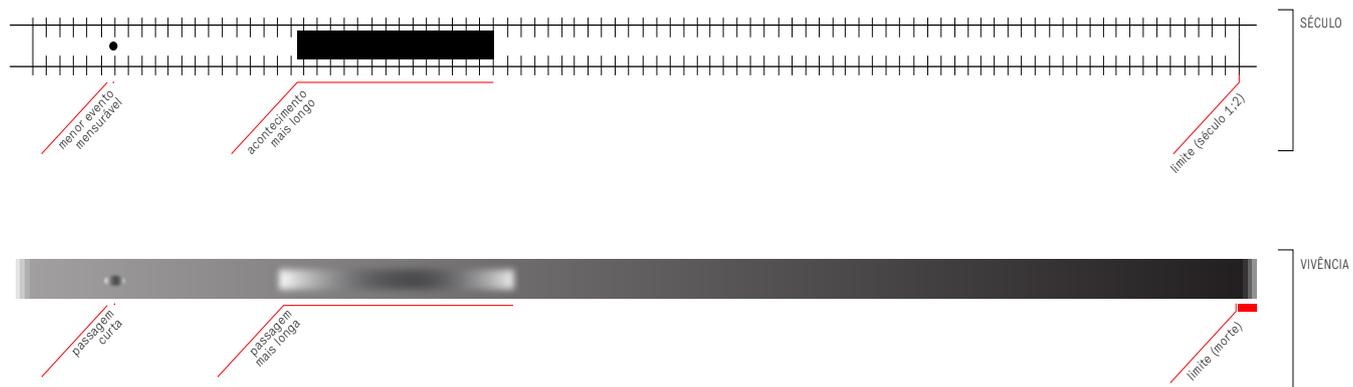
— Jorge Luis Borges, “Magiais Parciais do Quixote”, in *Outras Inquisições*, 1964. (Conferir página 63).

IMAGEM



IMAGEM

Apêndice 2 / Um Esquema Sistemático para uma Relação Pós-Sistemática com o Tempo



Tradução Instantânea e o 'Idioma do Futuro'

Há algum tempo, ao acessar determinada informação online, por mais complexa que seja, o usuário da *web* tem a possibilidade de traduzir seu conteúdo para uma variedade de idiomas, e, independente da língua escolhida, ele receberá o resultado em uma fração de segundo.

Imaginemos que, ao longo da civilização pós-sistemática proposta, o desenvolvimento das línguas (agrupamentos sistemáticos culturais nacionais, ou supranacionais mas que, comumente, estão próximas do estado) se dê dentro de uma lógica de consequente complexificação permitida às partículas não regidas pelos sistemas limitantes (culturais). Imaginemos então que, nesse cenário, os idiomas históricos se desdobrem em linguagens, interjeições e dialetos individuais – ou pelo menos muito setorizados, modos e gírias individuais que vão se distanciando lenta e exponencialmente de uma cultura de massa: a extrapolação dessa dinâmica é um dispositivo, também hipercomplexo, de resposta: Um mecanismo de tradução (também uma evolução, um desdobramento do mecanismo atual) dessas linguagens únicas, talvez sequer indexadas, ou indexadas *on demand*, de maneira simultânea entre um indivíduo e outro.

Qual a importância desse mecanismo? A civilização ocidental tem uma tradição significativa de questionar a 'língua universal' em um futuro imaginado: até o começo do século XX apostava-se no Francês, até pouco tempo, no idioma Inglês, e, mais recentemente profetizou-se o Mandarim.

Não parece provável, no entanto, que o caminho que estamos percorrendo desenhe-se justamente para o lado oposto? Que a língua universal do futuro é justamente essa linguagem individual permitida pelo alto poder de processamento? Quando a necessidade de aprender um código estranho para nos comunicarmos com o outro distante for efetivamente atenuada, não parece possível que o homem, em seu desejo natural de inércia, opte por não mais exercê-la? À exceção de uma vontade cultural do indivíduo, sobrarão pouco que justifique um exercício tão intenso como tornar-se fluente em outro idioma. É claro, aqueles que irão dedicar-se a isso, os desenvolvedores do sistema (proto) de tradução ainda precisarão aprender, mas o homem comum poderá apenas aproveitar o fruto desse trabalho.

É hora de fazer uma nova aposta: Parece-me que a *língua universal* será justamente o corpo do algoritmo que rege o deciframento competente e instantâneo de cada uma dessas linguagens para a língua individual de cada um dos interlocutores.

Esse fenômeno curioso relativo à linguagem é um possível sintoma de uma complexificação das partículas fugidas dos sistemas. Por mais fundamental que os idiomas sejam na formação da maioria dos agrupamentos culturais e civilizatórios, poderíamos ir mais longe, e falar que não só a linguagem como fenômeno agrupador dos indivíduos tende a se afastar, como o próprio pensamento pode seguir por caminho semelhante? É possível que essa decodificação tão constante necessite chegar a tamanha profundidade, na origem das ideias? Pierre Lévy pergunta:

‘Quem pensa? É o sujeito nu e monádico, face ao objeto? São os grupos intersubjetivos? Ou ainda as estruturas, as línguas, as epistemes ou os inconscientes sociais que pensam em nós?’

Segundo sua pesquisa dos modelos de inteligência do homem, as estruturas sociais são fundamentais para a concepção básica do nosso pensar. Isso colocaria uma questão diretamente ligada à noção da verdade, ou foto, como sendo um acordo entre partes culturais.

Num mundo extremamente individualizado, a noção de verdade, quanto acordo entre os elementos de uma cultura, deixa de existir ou perde valor a partir de que todo contato e troca cognitiva passa a ser feito através de decodificação. O sujeito, ao deparar-se com a obra de outro, agiria semelhantemente aos presentes métodos de um curador, extraíndo, daquele corpo de trabalho, conclusões que têm valor para si (e que antes se faziam entender apenas para seu produtor, ou nem para ele – como no possível caso de um artista).

Essa ‘verdade’ no entanto, virá de uma individualidade para outra (diferentemente do processo do curador que extrai do indivíduo para o coletivo), e será, provavelmente, alterada mais intensamente do que já o é hoje. Assim sendo, teremos um universo de comunicação puramente interpretativo e o poder das verdades coletivas, as construções sociais – como descritos por Lévy – tende a perder força, juntamente, talvez, com as diversos modelos de contrato social existentes.

O próprio Pierre Lévy, no mesmo texto, tenta apaziguar nossos espíritos sem parecer, no entanto, estar muito seguro:

“O saber oral e os gêneros de conhecimento fundados sobre a escrita ainda existem, é claro, e sem dúvida irão continuar existindo sempre. Não se trata aqui, portanto, de profetizar uma catástrofe cultural”

Mas será? Não é possível que a decodificação eterna e onipresente decreta o fim da cultura e ascensão de um ‘estado de arte’, ou ainda um ‘estado de permanente exceção’? Ao menos, esse parece o caminho de menor esforço, a tangente pela qual tenderia escapar, naturalmente, a cultura ocidental em seu caminho de transformações? É possível, no entanto, que a cultura ‘lute’ por sobrevivência aos modos de uma entidade autônoma, disfarçando em meio a iniciativas individuais a tentativa de modificar seu ponto de chegada. Essas iniciativas individuais poderiam configurar-se

* Uma brincadeira unindo termos políticos (*Estado de Exceção*) e industriais (*State of the Art*). A famosa frase atribuída a Godard é a base para esse pensamento: “*Cultura é regra, arte é exceção*”.

como retornos nostálgicos e afetivos aos sistemas culturais; o homem pós-sistemático, em todo seu potencial próximo do divino, pode desejar agarrar-se a diversas tradições. E é apenas natural que a civilização pós-sistemática permita a manutenção de sistemas criados e desenvolvidos sobre as bases do afeto e da cultura coletiva de grupos preestabelecidos paralelos ao *status* generalizado.

Nostalgia dos Sistemas

No início da década de 2000, um desenho animado chamado *Futurama* ganhou notoriedade na televisão norte-americana. Ele descreve uma das mais convincentes visões de futuro com que já me deparei. Trata-se de uma civilização onde quase tudo é possível, extremamente tolerante e acostumada à realização instantânea de seus desejos capitalistas.

Um dos personagens centrais se chama Leela. Leela sofre de uma rara mutação que a permitiu ter apenas um, gigantesco, olho. Não apenas Leela transita por essa sociedade sem qualquer transtorno, a qualquer momento em que ela precise de um novo óculo (o elemento que a difere da forma básica dos indivíduos), tudo que ela precisa fazer é entrar em uma loja, uma ótica (curiosamente ainda uma *Sunglass Hut*), e comprá-lo como qualquer outro cliente o faria. Sempre encaixa perfeitamente.

Aos que argumentarem que se trata de um desenho animado — e conseqüentemente um exagero de linguagem em essência, livre de restrições — precisarei responder que a grande característica de um ‘*cartoon*’ na cena descrita é, justamente, a existência da loja física.

A visão de futuro contada pela série é, desde o início, ilimitada: quase tudo é permitido no universo de *Futurama*, a maioria dos objetos pode ser feita instantaneamente no domicílio do comprador (o que é chamado, numa decisão feliz, de *download* — um evento que parece ser constante em ficções científicas); o transporte é ilimitado e viajar até o fim do universo se faz em apenas um dia; robôs têm não só sentimentos, mas religiões (e essas podem ser religiões *tradicionais* humanas ou *bot-religiões*), viajar no tempo é fisicamente impossível mas ainda assim ocorre vez ou outra (em episódios esparsos, num duplo paradoxo).

Então, porque a existência das lojas? Ou das religiões? Por que existe qualquer instituição, afinal? O que faz de *Futurama* uma narrativa extraordinária é exatamente a convivência, sem percalços, desses dois modelos dentro dessa sociedade que é capaz de tudo. Esse poderia ser o momento em que você percebe ser espectador de um *cartoon*, o momento em que você diz basta: as estruturas apresentadas são demasiadamente redundantes e irônicas para serem levadas a sério.

No entanto, quando se vislumbra uma civilização com tamanho poder, deve-se imaginar o que se pode fazer com tantas possibilidades. Acredito que essa redundância, essa

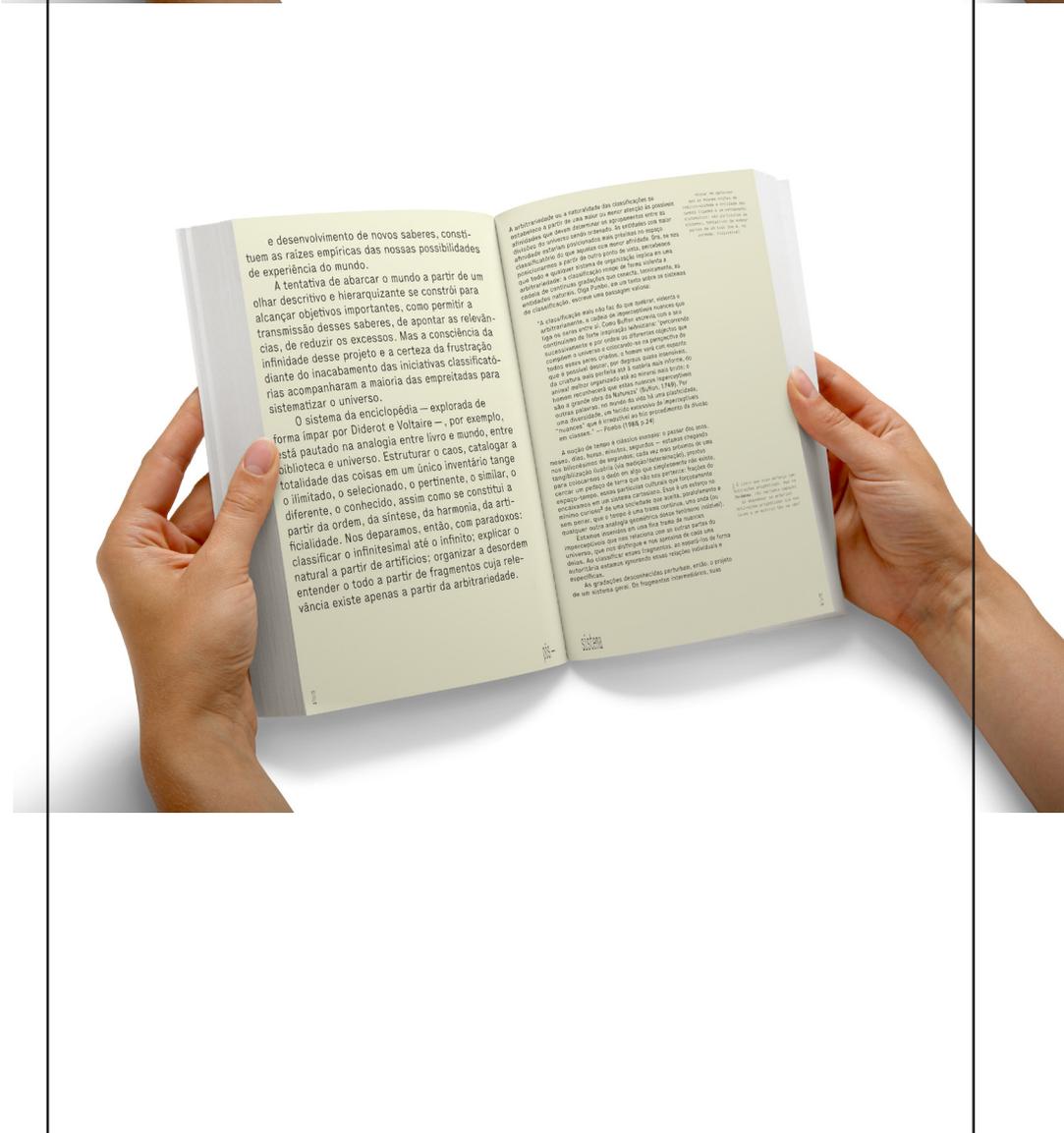
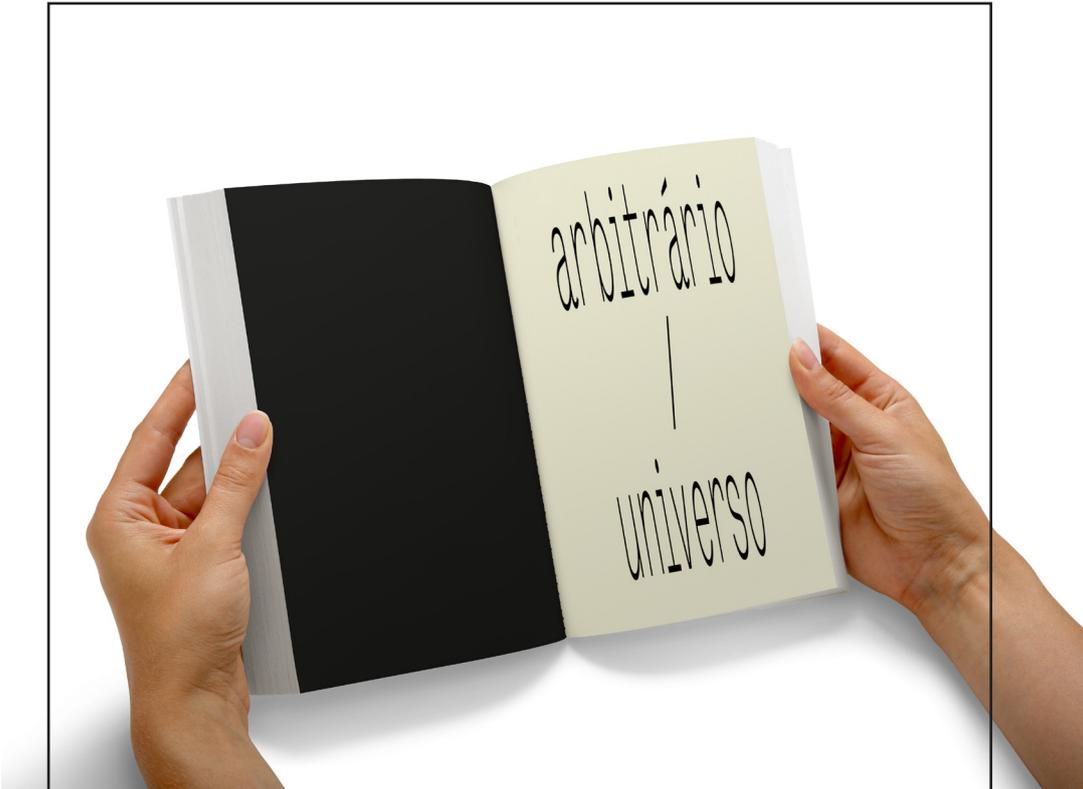
convivência, permita-se justamente pela falta de limites. Lojas retrô, relacionamentos retrô, religiões retrô podem vir a ser, simplesmente, dispositivos pelos quais o homem anseie após eliminada a necessidade de sua existência. Eles poderiam, e provavelmente seriam, simulados de volta ao cotidiano apenas por nostalgia e para fornecer métodos de agregação cultural para os indivíduos. Agregação analisada e selecionada por esses indivíduos, e não mais imposta, como por exemplo, a constituição de um povo por seu Estado (em *Futurama*, claro, não há mais países).

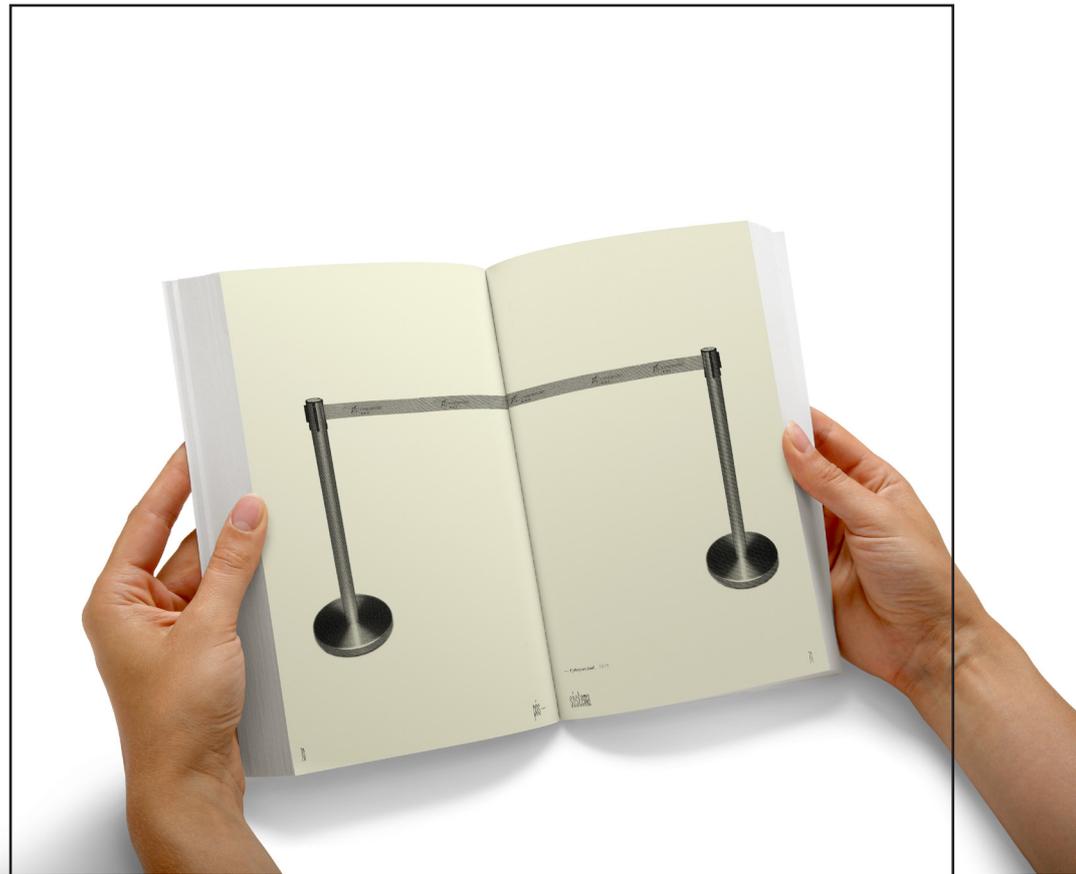
Diante disso, tenho dificuldade em negar que se trata de uma das narrativas, curiosamente, mais maduras a que já assisti.

Sobre uma possível condição imperialista do dispositivo—nas primeiras etapas em que ele é posto em prática através das esferas políticas e geográficas do mundo—separei dois textos que abordam o assunto. Podemos chamar isso de *sustentabilidade do projeto*, trata-se de um autoquestionamento relativo aos possíveis impactos ‘ambientais’ dessa utopia (no ambiente cultural, é claro, e que pode muito bem revelar-se como uma distopia). É importante notar como esses textos abordam as chamadas barreiras e imposições de diversos *modus operandi* políticos, e como pode-se concluir que as diversas formas de restrição à liberdade do indivíduo são inerentes às mais diversas configurações sociais; variando apenas no formato.

Essa constatação é importante para notar que, provavelmente, um dispositivo aparentemente tão libertador como esse introduziria novas formas de embaraço e aprisionamento dos indivíduos, mas que, ao mesmo tempo, essas podem ser as mais suaves barreiras que a civilização já conheceu. A obrigação, não expressa mas educadamente imperialista, de isolamento das partículas culturais é, claro, uma barreira desse feitio, mas uma que promete posteriormente a maior liberdade a que o homem já teve acesso, considerando-se, inclusive, a alegada liberdade do homem anterior à sociedade.







estaria mais acessível, mas a comunicação não teria se tornado ainda mais restrita e unidimensional? A população alfabetizada aumentaria drasticamente, mas o livro não teria se tornado o único meio pelo qual o saber poderia ser adquirido e armazenado? O conhecimento estava mais próximo, mas não estavam todos condicionados a um único sistema de aprendizagem? Esses sistemas de aprendizado via além das predisposições sociais, econômicas e culturais. A escrita impressa está sujeita a um processo tecnológico específico que determina o acesso, a organização, o registro, a manutenção e a disseminação da informação a partir do meio "livro" e de seu modelo linear e progressivo de pensamento. A tecnologia intrínseca à produção tipográfica se constitui de um processo visual, linear e fragmentado baseado em sequências preestabelecidas. Letra após letra, palavra após palavra, frase e após frase, estávamos diante de uma linha de montagem modernizadora e massiva. A construção de sentido estava subordinada a uma perspectiva fixa que determinava a própria maneira como vemos a imagem do mundo.

Revoluções
É nesse contexto de saturação na virada do século XIX que surgem os primeiros exercícios, não artísticos, de ruptura com o sistema de organização gutenbergiana-linear (que se popularizou com o livro mas que, inversamente, também ajudou a popularizar o livro como o grande sistema de apresentação de conteúdo). Talvez a mais importante dessas iniciativas seja a *Atlas Mnemote*² e a Biblioteca de Aby Warburg. Ambos projetos que o pesquisador desenvolveu com paixão durante a maior parte de sua vida, e ambos potentes embalsamadores dos esquemas lineares de informação, projetos tão extensos que não foram (e poderiam ser!) concluídos.

Enquanto a biblioteca Warburgiana organizava os volumes que continha especialmente a partir do que ele tomou de *Princípio da sua reconstrução* — relação de proximidade baseada no conteúdo de cada obra — o *Atlas Mnemote*, propunha um desvio mais agudo: seu objetivo era a completa reconstrução do que se conhecia como história da arte através da montagem de signos visuais que não passavam, exclusivamente, por questões hierárquicas, lineares ou ordenadas segundo regras vigentes até então (fossem elas derivadas biblioeconômicas, da própria história da arte ou ainda de outra classificação epistemológica).

Hoje, o método desenvolvido por Warburg lembraria o que se concecionou *emul/diata*³, a organização um tanto subjetiva do anacrônico, no entanto, pretendia-se para além da simples associação imagética que o *emul/diata* sugere e servia ao propósito de fazer complexos de texto ou dar suporte às narrativas propostas. Cada elemento integrante das composições visuais do *Atlas* era analisado quanto ao seu conteúdo e sua afinidade em relação aos vizinhos para, após um lento processo, ser posicionado, nunca definitivamente, nas coordenadas em que encerrasse uma vez⁴ seu sentido.

Algumas dessas narrativas eram refeitas⁵, quando possível, para palestras ou outras ocasiões que Warburg julgasse pertinentes. Não havia apenas um *Atlas* final e que consistisse algum tipo de resposta absoluta para a história da arte tal como entendida por ele. Observadas dessa maneira, as

² Vê-la sempre que você não é um estudo histórico e de memória de acontecimentos mas por seu potencial de realização de um novo tipo de história.

composições, em sua individualidade, funcionavam de forma semelhante ao que hoje chamamos de *query* (proposições algorítmicas). Os esquemas do *Atlas* se reorganizavam de modo que tudo o universo de imagens passíveis (representados por aquela sintética, e por isso dinâmico, amostra) fosse pesquisado visando um resultado *corpore* contextual diverso para cada pergunta hipotética.

Me pergunto se hoje, com a complicação dos *engines* de busca como o *Google*, e do inventário virtual como um todo, esse processo pensoso, que tentava uma vida para se combater, não tenha se tornado lugar comum, corriqueiro, algo que passa despercebido no cotidiano. Deixando de lado, num primeiro momento, questões de semântica e pertinência, hoje, com o poder de desmembramento de informação coerente, e empunhada vital de Warburg costuma ser escolhida em segundos⁶, e se apresenta para nós distorcida de uma "busca na internet"; uma apresentação simplória, formatada de modo a encerrar uma simplicidade para fins comerciais, que encobre um mecanismo complexo que requer uma quantidade de processamento além da compreensão humana.

Essa nova velocidade, ou crescente poder de processamento, permite não só uma aceleração do processo mas também a consequência dos processos velozes em relação ao tempo humano a banalização. A banalização causa, por sua vez, uma mudança de paradigma: justamente por ser concluída em microssegundos, as *análises* adquirem o novo potencial de fracionamento e refinamento em um volume próximo do ilimitado, baseadas em um número *quasi-infinito* de variáveis, de pontos de partida, e de pontos de saída. Essas variáveis caminham para incluir até as preferências pessoais mais sutis e os aspectos mais delicados do operador humano de cada uma dessas buscas.

A hiperatômica instantânea de cartografias (e de outras operações) que está em desenvolvimento se insere em uma tendência de crescente complexificação que já não pode ser compreendida pelo cérebro humano há tempos; o homem pode reger o parâmetro básico, os cada vez mais importantes algoritmos, mas nunca seria capaz de replicar cada uma das operações buscas integralmente e as inevitáveis etapas que cada uma delas encerra.

Talvez estes sejam os desmentadores recentes mais significativos a partir do processo de Warburg para a condição de uma pesquisa algorítmica contemporânea (*query*). Acertado, no entanto, que eles não devem encerrar-se apenas na questão do instantâneo e na consequente possibilidade de percepção-banalização, paralelamente está em curso uma etapa de adensamento desse modelo de conhecimento: A busca a partir de uma imagem, por exemplo, nos moldes das que estão sendo desenvolvidas atualmente, cria e também amplia a possibilidade de *query* baseadas em imagens absolutamente banais^{6a}. Não é mais necessário, embora nada impeça que continue sendo comum ou desejável, iniciar uma pesquisa a partir de símbolos precariamente documentados na história das imagens. Os algoritmos atuais são capazes de desmembrar os *pixels* de qualquer imagem — digital ou digitalizada — por mais ínfima que seja, e pesquisar por similares.

Essa similaridade visual é apenas o primeiro momento dessa nova

⁶ Acredito que não seja por nada que os *algoritmos* de busca, os *microsegundos* que tomam para *desmembrar* e *cartografar* os dados que combinam cada um dos seus resultados.

APOSTEL, L. Le Problème Formel des Classifications Empiriques. In: Centre National de Recherche de Logique / Société Belge de Logique et philosophie des sciences (ed.), *La Classification dans les Sciences*. Bruxelas: J. Duculot, 1963.

BORGES, Jorge Luis. A Biblioteca de Babel. In: *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. O Idioma Analítico de John Wilkins. In: *Outras inquisições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

_____. Magias Parciais de Quixote. In: *Outras inquisições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

_____. Sobre o Rigor na Ciência. In: *História Universal da Infâmia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. O que é a filosofia? São Paulo: Ed. 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. Archive Fever: A Freudian Impression. In: *Diacritic*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, Vol. 25, No. 2 (Summer, 1995), pp. 9-63.

FEYERABEND, Paul. Contra o Método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GROYS, B.; AURELI, P.; VISHMIDT, M.; METAHAVEN; Form, a conversation. In: METAHAVEN. *Uncorporate Identity*. Baden: Lars Müller Publishers: 2010

GROYS, Boris. A Solidão do Projeto. *New York Magazine of Contemporary Art and Theory*. Nova York, Fevereiro 2012. Disponível em: <http://www.ny-magazine.org/PDF/Issue%201.1.%20Boris%20Groys.pdf> Acesso em: 28/11/2013

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MACIEL, Maria Esther. A enciclopédia de Arthur Bispo do Rosário. In: Coutinho, Fernanda; Carvalho, Marília; Moreira, Renata. (eds.). *A vida ao rés-do-chão: artes de Bispo do Rosário*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 92-106.

MCLUHAN, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, n. 2, p. 19-33, primavera 1988.

PLATÃO. Fedro. trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

AGRADECIMENTOS

NOTAS

Débora Salles, Pedro Luiz de Souza, Lucas Sargentelli, Felipe Pena, Claudia Correa